

## PROBLEMAS ENFRENTADOS POR AUTISTAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

BEATRIZ CREMA NUNES JUSTINI<sup>1</sup>  
JACQUELINE APARECIDA DOS SANTOS DELBEN<sup>2</sup>  
NICOLI SODRÉ MARTINS MORONAGA<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo investigou as principais dificuldades, os desafios e as barreiras diárias enfrentados por professores de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em situação de inclusão na escola comum. Participaram 19 professores cujos alunos com diagnóstico médico prévio de TEA são incluídos em escolas regulares e públicas. Os dados foram coletados através de um roteiro de entrevistas semiestruturado e analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados apontam para a necessidade de fornecer atividades de formação continuada que sejam menos gerais e mais focadas nas necessidades dos professores, sobretudo quanto aos aspectos comportamentais (como lidar) e pedagógicos (como ensinar e avaliar) para, assim, criar condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos com TEA no ambiente inclusivo.

**Palavras-chave:** inclusão; autismo; formação continuada de professores

### ABSTRACT

This study investigated the main difficulties, challenges and barriers faced by teachers of students with Autism Spectrum Disorders (ASD) included in mainstream schools. Nineteen (19) teachers of students with previous medical record of ASD included in general and public schools participated of this study. Data were collected through a semi structured interview guide and analyzed through a content analysis technique. The results indicate the need of providing continuing training activities that are less general and more focused in the teachers' needs, especially those related to behavior (how to deal with) e pedagogical (how to teach and evaluate) to create the favorable conditions for learning and development of students with ASD in inclusive setting.

**Keywords:** inclusion; autism; continuing education for teachers

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (UCESP), Araçatuba/SP – email: bbia\_nunes@outlook.com

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (UCESP), Araçatuba/SP – email:jacquearthur7@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (UCESP), Araçatuba/SP – email:nicolimoronaga2020@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Os alunos com autismo matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental são um desafio ao educador, pois além de ser uma criança que exige atendimento individualizado, exige atenção e estratégias diversificadas.

Ao selecionar o material para pesquisa vê-se que o assunto é amplo, requer muito estudo e leitura, análise e síntese para aumentar nosso conhecimento frente a essa realidade, que estamos vivenciando nas escolas devido as leis que sustentam a inclusão.

O objetivo desta pesquisa é buscar conscientizar da nova realidade e estudar para compreender a inclusão e utilizar diferentes metodologias visando um atendimento de qualidade para todos os alunos com TEA que buscam a escola regular. Só o conhecimento pode trazer mais politização para o educador trabalhar de maneira eficaz com esses alunos autistas.

O problema detectado na pesquisa se resume nesta pergunta: Será que a teoria ajuda na inclusão? A hipótese é que a teoria traga mais conhecimento ao educador, por isso devemos encontrar caminhos via teoria. E a metodologia utilizada será a bibliográfica.

Vê-se que a escola não pode continuar oferecendo uma educação padronizada, que exclua todo aquele que não acompanha, e que é diferente. Trabalhar na diversidade é construir capacidades a partir das diferenças. Esse é o papel do novo educador frente à inclusão,

A educação especial no Brasil foi se ampliando lentamente e foram criados mais institutos particulares e os serviços públicos prestados através das escolas regulares, com atendimento a esses deficientes. Só depois de 1990 que a inclusão foi assumida em nível nacional, estadual e municipal.

Analisando a Constituição Federal de (1988) ha vários capítulos, artigos e incisos sobre educação, habilitação e reabilitação da pessoa deficiente, além da sua inclusão à vida comunitária.

Quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996) veio ratificar o que dizia a Constituição de modo que a Nação pudesse ter uma lei que fosse a favor da inclusão. A (LDB 9394) traz algumas inovações, não só para a educação em geral, como também para a educação especial.

E hoje na prática essa realidade da inclusão acontece na rede regular de ensino. Agora surgiu o decreto para atender com qualidade esses alunos nas escolas públicas em período contrário as aulas regulares, com professores especializados.

O decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o (AEE) atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art.60 da LDB.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Histórico e Conceito de autismo**

Antunes (2004) diz que a expressão autismo foi utilizada pela primeira vez por Bleuler em (1911), para designar a perda do contacto com a realidade, o que acarretava uma grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação dessas crianças. São crianças alheias ao mundo.

Mas foi Kanner, em (1943), que usou a mesma expressão para descrever onze crianças que tinham em comum comportamento bastante original. Sugeriu que se tratava de uma inabilidade inata para estabelecer contacto afetivo e interpessoal e que era uma síndrome bastante rara, mas, provavelmente, mais frequente do que o esperado, pelo pequeno número de casos diagnosticados.

Em (1944), Asperger descreveu casos em que havia algumas características semelhantes ao autismo em relação às dificuldades de comunicação social em crianças com inteligência normal. “Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade” (ANTUNES, 2004. p. 44).

A apresentação fenotípica do autismo pode ser influenciada por fatores associados que não necessariamente sejam parte das características principais que definem esse distúrbio. Um fator muito importante é a habilidade cognitiva, (ANTUNES, 2004, p. 45). Entende-se que as manifestações comportamentais que definem o autismo incluem déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades.

Adolescentes e adultos com autismo têm interpretações equivocadas a respeito de como são percebidos por outras pessoas, e o adulto autista, mesmo com habilidades cognitivas adequadas, tende a isolar-se. De acordo com Antunes, (2004, p. 51)

As dificuldades na comunicação ocorrem em graus variados, tanto na habilidade verbal quanto na não-verbal de compartilhar informações com outros. Algumas crianças não desenvolvem habilidades de comunicação. Outras têm uma linguagem imatura, caracterizada por jargão, ecolalia, reversões de pronome, prosódia anormal, entonação monótona.

Já os que têm capacidade expressiva adequada podem ter inabilidade em iniciar ou manter uma conversação apropriada. Os déficits de linguagem e de comunicação persistem na vida adulta, e uma proporção significativa de autistas permanece não-verbal.

Antunes (2004) afirma que aqueles que adquirem habilidades verbais podem demonstrar déficits persistentes em estabelecer conversação, tais como falta de reciprocidade, dificuldades em compreender sutilezas de linguagem, piadas ou sarcasmo, bem como problemas para interpretar linguagem corporal e expressões faciais.

Segundo Cavalcanti e Rocha (2013) no adulto autista, há uma melhora na adaptação a mudanças, mas os interesses restritos persistem, e aqueles com habilidades cognitivas adequadas tendem a concentrar seus interesses em tópicos limitados, tais como horários de trens/aviões, mapas ou fatos históricos, etc., os quais dominam suas vidas. [Estudos de Cavalcante e Rocha \(2013, p. 29\)](#).

Na ausência de um marcador biológico, o diagnóstico de autismo e a delimitação de seus limites permanecem uma decisão clínica um tanto arbitrária. Se forem utilizados os critérios aceitos presentemente para definir autismo, este certamente não é um distúrbio raro. Dependendo dos critérios de inclusão, a prevalência de autismo tem variado de 40 a 130 por cento, ocupando o terceiro lugar entre os distúrbios do desenvolvimento, em alunos matriculados nas escolas públicas, necessitando de atendimento educacional especializado.

Antunes (2004) relaciona várias características na criança autista com vários distúrbios:

- Distúrbios do relacionamento: Falta do desenvolvimento de relação interpessoal e de contato visual. Tanto o relacionamento com pessoas quanto com objetos inanimados está alterado. Ausência de sorriso social, desinteresse em participar de jogos e brincadeiras tendo, preferência por permanecer só.
- Distúrbios da fala e linguagem: (comunicação) o autista é caracterizado por enorme atraso, com fixação e paradas ou total mutismo. A ecolalia é comum, sendo associada

ao uso inadequado ou reversão do pronome pessoal. Quando a fala comunicativa se desenvolve, ela é arritmica, sem inflexão e incapaz de comunicar apropriadamente as emoções. Na verdade, a comunicação como um todo está comprometida, tanto a linguagem oral e comunicativa, linguagem receptiva, linguagem gestual e expressão facial.

- Distúrbios no ritmo de desenvolvimento: O ritmo mais comum é uma descontinuidade na sequência normal do desenvolvimento.

## **2.2 As Dificuldades da Inclusão de alunos autistas nas escolas públicas**

É considerável o número de alunos autistas nas escolas comuns. Estudos e pesquisas afirmam que a intervenção educacional tem apresentado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento e na participação desses alunos. Kelman (2010) aborda a inclusão numa perspectiva dialógica onde são refletidas e discutidas as situações que envolvem a inclusão, bem como possíveis soluções, corroborando ainda para enriquecer este trabalho.

No entanto, para que esses alunos recebam essa devida atenção é necessário que as escolas se apropriem de fato e de direito de uma política educacional que proporcione formações adequadas aos professores como também, a apropriação de um projeto político pedagógico que vise garantir um atendimento respeitando as particularidades de cada aluno de modo que lhes traga um desenvolvimento positivo e um ensino de qualidade. Beyer (2006) aponta que os professores se sentem despreparados.

Para o autor, faltam a estes uma melhor compreensão acerca da proposta de inclusão escolar, melhor formação conceitual e condições mais apropriadas de trabalho. Essas considerações nos levam a refletir sobre a forma como o espectro do autismo desafia a comunidade escolar. Então surge a pergunta: Se há profissionais então qual é o problema.

Seria a falta de conhecimentos, de estudos na área? Serviu-se ainda dos estudos de Gauderer (1993), estudioso que se aprofundou na pesquisa e análise em busca de compreender o comportamento das pessoas autistas; também os trabalhos desenvolvidos por Baptista (2006), que discorre sobre a importância de um currículo flexibilizado para facilitar o trabalho realizado pelos professores no atendimento a alunos autistas.

E Correia (2008), que aborda os desafios necessários para a implantação da educação inclusiva nas escolas, mostrando que a educação inclusiva vai além da acessibilidade, é preciso sensibilidade e mudança de concepção, adaptação curricular e formação adequada dos profissionais. Outro estudioso utilizado foi Beyer (2007), que discorre sobre a evolução do processo inclusivo de alunos especiais nas salas de aula comuns.

Ele aborda ainda a grande preocupação que deve existir em relação a falta de preparo ou lentidão na formação de professores para trabalhar com alunos especiais. Diante disto, percebe-se a necessidade de mais preparo dos profissionais da educação que devem ter formação adequada para receberem estes alunos.

Que os mesmos não só sejam matriculados, mas tenha seus direitos garantidos, uma educação de qualidade. Sabe-se que o professor é o principal responsável em tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar metodologias que venham atender as necessidades dos mesmos.

Pois é ele quem recebe e estabelece o primeiro contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, dessa forma é do professor o desafio de efetivar o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar estratégias de desenvolvimento que atenda as necessidades de todos os alunos.

Vale ressaltar a importância de o professor detectar as dificuldades de seus alunos, pois é indispensável que ele conheça todas as características e tenha um pleno conhecimento do que é o autismo para que haja propriedades nas práticas aplicadas que visem na inclusão e no desenvolvimento dos alunos. Conhecer para ajudar vai fazer grande diferença na vida destes alunos que muitas vezes sofrem preconceitos ou discriminação devido suas peculiaridades.

### **2.3 A importância da escola no desenvolvimento do aluno autista**

A escola inclusiva deve ser aquela que implica num sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos. O professor como os demais membros da escola comprometidos com uma educação com qualidade deve estar requalificando sua atuação como facilitador do processo ensino aprendizagem para identificar as necessidades educacionais e apoiar os alunos em suas dificuldades.

O autista sente dificuldade em se relacionar ou se comunicar com outras pessoas, uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ele e que não interage fora dele. (MENEZES, 2012, p. 25).

Sendo assim, cabe a escola promover a interação social entre o aluno autista e os demais alunos considerados “normais”, para que assim o desenvolvimento de habilidades relacionadas a linguagem sejam desenvolvidas. O professor deve desafiar o aluno autista a participar de atividades interativas, favorecendo a comunicação entre todos os alunos. Quando a criança autista frequenta a escola e é atendida por pessoas preparadas, ela recebe grandes benefícios.

O simples fato de ter oportunidade de interagir com outros alunos da mesma idade lhe proporciona momentos de descobertas e aprendizado, embora muitas vezes esse avanço se torne imperceptíveis de compararmos com a padronização. Mas segundo a particularidade, ele tem avanços visíveis sim em curto prazo. Para isto, as instituições escolares precisam estar preparadas estruturalmente e profissionalmente para isto.

Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar. (KELMAN, et al, 2010, p. 226)

Percebe-se que o ambiente escolar, como uma instituição da sociedade tem o dever de adaptar e proporcionar aos alunos autistas a oportunidade de conviver socialmente. E para que isso aconteça é necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento do que é autismo, mas na maioria dos casos encontramos professores despreparados e alheios ao assunto.

Para Correia (2008), com a educação inclusiva surgem maiores exigências e desafios para as escolas e para os professores. É necessário que, os intervenientes educativos programem um currículo que atendam às características dos alunos.

### **3. Estratégias de ensino para o processo educativo de alunos autistas**

O papel da escola é de fundamental importância para o desenvolvimento de todos os alunos. Buscar conhecer mais sobre o assunto, ter uma perspectiva inclusiva e preparar o quadro de docentes para trabalhar com alunos autistas é um importante começo. Aliado a isto, a busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola inclusiva.

A busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área. O docente ao se planejar deve pesquisar estratégias de ensino que poderá adotar para adaptar o conteúdo, eleger os recursos pedagógicos e a didática a ser utilizada de forma que venha favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Uma sociedade inclusiva considera a pessoa especial com direitos iguais aos considerados normais. Para isto, devem ser articuladas ações nas diferentes áreas sociais buscando romper com a cultura do preconceito contra as pessoas deficientes.

Conforme Baptista (2006. p. 93) “[...] o compromisso do educador tem como base a apropriação de seus próprios recursos e instrumentos: a observação, o diálogo, a negociação e a avaliação retroalimentam o agir do educador”. Desta forma, o professor deve rever as informações, conhecer e ter sensibilidade para lidar com as limitações e necessidades do aluno.

Não basta ter formação, o lado humanístico deve estar presente em cada atividade realizada. Outro aspecto não menos importante é a estruturação flexibilizada do currículo, que deve atender as peculiaridades regionais e as particularidades de cada turma, não podendo esquecer a qualidade na educação.

A escola deve conhecer bem sua clientela a fim de melhor atendê-la mediante suas reais necessidades, não abrindo mão da qualidade da educação oferecida. Trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham a todos e respeite às diferenças.

Este comportamento muitas vezes pode não ser compreendido pela comunidade escolar. As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características deste transtorno.

Por isso, o desafio de trabalhar com um aluno autista é grande, necessitando de bastante conhecimento e preparo para seu acompanhamento, além de formação acadêmico, a sensibilidade e acuidade do professor são extremamente importantes para compreender o compreender e trabalhar com o aluno autista.

A educação é importante na vida de qualquer pessoa, por isso, o progresso dos alunos autistas se torna ainda mais significativa, dada as circunstâncias muitas vezes difíceis enfrentadas por estes e por suas famílias.

De acordo com os professores vários são os desafios que enfrentam para efetivar a inclusão de alunos autistas na escola. Pôde-se perceber que embora se fale muito em inclusão de alunos especiais, para estes professores as dificuldades são várias e que podem resultar em um trabalho não muito adequado para o processo inclusivo. Na realidade ainda existem muitos entraves que dificultam o trabalho realizado pelos professores.

Faz-se necessário que a ação do professor seja sempre amparada com um preparo teórico, metodológico e prático que lhe dê segurança para efetivar na sala de aula estratégias inclusivas. Para empregar estratégias de inclusão em sala de aula é preciso conhecê-las bem, saber seus objetivos e também, conhecer bem as necessidades de seu aluno. Não se pode utilizar uma estratégia só porque deu certo na sala do outro professor. Devem-se respeitar as peculiaridades e necessidades do aluno especial, empregando meios e/ou adaptando-os para que este se sinta incluído no processo educativo.

### **3.1 A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E A GARANTIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Declaração de Salamanca é tida como documento legal a partir de um evento mundial que ocorreu em Salamanca, na Espanha, em 1994. Propôs em evidência mudanças no cenário educacional mediante a necessidades que os países apresentavam em proporcionar uma educação de qualidade para todos, em nível igualitário. Esse evento incluiu cerca de 88 países, entre eles o Brasil, ao apresentar dificuldades em incluir a pessoa com deficiência na escola.

Essa declaração destaca a necessidade de inclusão das pessoas que manifestam Necessidades Educacionais Especiais (NEE) a partir de uma pedagogia centrada no sujeito.

O documento define alguns princípios a nível nacional necessários para o novo pensar em educação especial, que devem ser trabalhados de forma coletiva para a efetivação de práticas inclusivas no sistema educacional. Dessa forma, de acordo com as dificuldades enfrentadas pelo Brasil em promover o acesso e a permanência do aluno com NEE, a inclusão no âmbito de promoção de um processo de ensino e aprendizagem acessível levando em consideração as particularidades dos estudantes, tornou-se o centro de muitos debates e mudanças lentas no cenário educativo ao assegurar o compromisso com uma educação para todos.

Assim, estabelece as reponsabilidades a serem assumidas em nível governamental no que tange a política e financiamento da educação partindo da prioridade em torná-la inclusiva, efetivação de matrículas de crianças de todas as crianças na escola regular, capacitação dos professores, participação da comunidade a partir das propostas das instituições para a formação de parcerias e entre outros mecanismos dispostos que fazem parte das ações governamentais.

A Declaração de Salamanca apresenta a importância de incluir no sistema educacional todos aqueles que por algum motivo, seja de ordem social e econômica, não mantem acesso à escola em detrimento aos Direitos Humanos que potencializa a educação enquanto direito de todos. Para tanto, as instituições devem acomodar os alunos independentemente das suas diferenças culturais, históricas e socioeconômicas.

Nesse viés de inclusão ao referir-se as diferenças, o indivíduo com Necessidade Educacional Especial (NEE) também permanece no centro do debate e configura como desafio para o sistema educacional, pois se destaca com precisão as adaptações que as escolas devem realizar para tornar possível a aprendizagem.

De acordo com o documento, a “Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar” (UNESCO, 1994, p. 04). A pedagogia centrada na criança evidencia o conjunto de estratégias que partem das modificações dos mecanismos necessários na mediação da aprendizagem, capazes de possibilitar a qualidade no processo de aprendizagem mediante a superação de barreiras que dificultem tal ação.

Portanto, a partir dessa compreensão que engloba os tipos de NEE e a sua relação com as propostas contidas na Declaração de Salamanca, é perceptível a responsabilidade dos sistemas educacionais, nesse caso brasileiros, em promover educação de qualidade a nível nacional mediante a garantia de oportunidades de acordo com as características apresentadas pelos sujeitos que demarcam as suas potencialidades e limitações no contexto da aprendizagem. Assim, uma pedagogia centrada na criança enquanto ideal suscitado, abrange as especificidades que devem ser incorporadas para satisfação de todos os alunos que fazem das classes regulares e que favoreça o desenvolvimento de habilidades para o convívio social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A necessidade de uma rotina organizada e dificuldade com mudanças podem ser um desafio no processo de escolarização em crianças com autismo. Os alunos podem ter dificuldade nas transições de atividades e organização dos materiais, por exemplo.

Dessa forma a organização da rotina deve ser trabalhada na escola para ajudar o aluno com autismo a se organizar de forma autônoma e independente. As mudanças repentinas acontecem e os alunos com TEA podem resistir, por isso os professores precisam ser instruídos sobre como agir nessas situações.

Os professores precisam atender as demandas de todos os alunos e a falta de recursos e estratégias, assim como o desconhecimento das características do TEA, são os maiores desafios no processo de escolarização das crianças com autismo.

Vale lembrar a importância de falarmos sobre esses desafios a fim de encontrar soluções que visem a efetivação da inclusão escolar. Se você gostou deste artigo, compartilhe em suas redes e ajude outros profissionais.

O autismo é uma doença complexa que dificulta a socialização e a interação causando isolamento no aluno, portanto cabe a escola adaptar e modificar o ambiente da sala de aula, também fornecer materiais específicos de fácil manejo para facilitar a adaptação do autista na escola, pois, o mesmo necessita desenvolver uma rotina nas suas atividades diárias.

O processo de inclusão do aluno autista teve grandes avanços, e a sua adaptação no ensino regular também, mas ainda necessita de capacitação e profissionalização dos professores, pois, em meio as dificuldades nota-se que a falta de conhecimento é

um fator que dificulta identificar as necessidades dos alunos autistas durante as atividades básicas em sala de aula. Percebeu-se que é preciso buscar novas práticas pedagógicas e sociais específicas para a educação do aluno autista, pois, é importante não deixar que o isolamento faça parte da sua rotina, é preciso que os professores busquem formas pedagógicas que proporcionem a interação e a socialização da criança, para que o mesmo consiga viver em sociedade e participe das atividades escolares.

Sendo assim, pode-se afirmar que a educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma criança autista e através dela que a criança aprende conteúdo das variadas disciplinas e atividades do cotidiano, pensar em atividades para crianças autistas é uma tarefa complexa, mas, com dedicação na elaboração e aplicação das aulas e uma estrutura para desenvolver suas habilidades as crianças autistas que frequentarem ensino regular conseguirão ter uma vida com qualidade e autonomia.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acessado em: 22/12/2021.

CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de Asperger. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, ano 13, n. 3, p. 296-299, 2018.

CUNHA, E. Autismo e educação escolar: um olhar psicopedagógico. Revista Científica Contexto/Facnec, ano 1, n. 1, jun. 2016.

FERRARI, P. Autismo infantil: o que é e como tratar. São Paulo: Paulinas, 2017

FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL. Marcos históricos do autismo. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021

LUCKESI, C. C. Ludicidades e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências Internas. *Nativa - Revista de Ciências Sociais*, nº 2, 2015.

SANTOS, H. T. Investigação dos processos de aprendizagem: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais. Brasília: 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.